

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Reclamação nº: **1001060-20.2015.8.26.0566/01**  
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**  
 Exequente: **Anderson Aparecido da Silva**  
 Executado: **Banco Bradesco S/A**

Vistos.

A fixação de *astreintes* é uma medida que serve para coibir a relutância da parte no cumprimento de uma decisão judicial. Tem previsão legal no artigo 537 do NCP.

O § 1º, I, do mencionado artigo estabelece que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento, modificar o valor ou a periodicidade da multa vincenda ou excluída, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.

É o caso dos autos, uma vez que o valor final das *astreintes* mostra-se desproporcional ao objeto da demanda. O executado já efetuou um depósito em 25.05.2017, no valor de R\$ 57.000,00 e outro, em 25.07.2017, no valor de R\$ 37.500,00.

Nada obstante somente ter comprovado o cumprimento da obrigação somente em 26.01.2018, o certo é que, além daquelas importâncias, houve determinação de bloqueio da quantia de R\$ 58.500,00, cujo cumprimento se deu a fls. 138.

Somando-se as quantias já levantadas pelo exequente, chega-se ao montante expressivo de R\$ 95.217,83.

Assim, tenho que a liberação ao exequente do montante bloqueado a fls. 138, no valor de R\$ 58.500,00 fugiria ao escopo da demanda, tornando-se desproporcional e implicaria no enriquecimento sem causa.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Sobre o assunto, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça assim se posicionou:

“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. TELEFONIA. ASTREINTES. REVISÃO PARA ATENDER AO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE E EVITAR ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: "Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

2. A jurisprudência do STJ é firme no sentido de se admitir a redução da multa diária cominatória, tanto para se atender ao princípio da proporcionalidade quanto para se evitar o enriquecimento ilícito, ainda que se verifique o descaso do devedor. Precedentes.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1035909/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 21/08/2017).”

Portanto, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e porque a finalidade da medida coercitiva alcançou seu objetivo, tendo o executado cumprido a obrigação, determino o desbloqueio do valor bloqueado a fls. 138 em favor do executado.

Satisfeita a obrigação, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II, do NCPC.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**4ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

São Carlos, 23 de fevereiro de 2018.

Juiz(a) de Direito: **Dr(a). Flávia de Almeida Montingelli Zanferdini**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**